



AMAURI SEGALLA

## MERCADO S/A

amaurisegalla@diariosassociados.com.br

NO BRASIL, O PIB DO TURISMO CAIU 32,6% EM 2020, DE US\$ 115,7 BILHÕES PARA US\$ 78 BILHÕES

## CMOs, CFOs, skills, insights e outras manias do mundo corporativo

A obsessão do mundo corporativo por siglas, anglicismos e cargos chamativos leva a situações divertidas. Ninguém mais chefia um departamento. Todo mundo é *head*. Não existem diretores de marketings, mas apenas CMOs. Sumiram também o gerente de vendas (agora convertido em *sales manager*), o diretor financeiro (CFO) e até o simples e autoexplicativo presidente (há tempos transformado em CEO). O funcionário não pode ter ideias, mas *insights*. Suas habilidades viraram *skills*. Se surgir um novo braço

de negócios, ele deverá ser chamado de *spin-off*. Fazer transações com outras empresas é proibido: agora se deve dizer B2B. Se for entre a companhia e o consumidor final, que se adote o B2C. Vai vender para o governo? Use o indigesto B2G. Nas startups, a mania chegou em níveis insuportáveis. Alguém sabe o que é *bootstrapping*? Pois bem: trata-se apenas do tradicional modelo de autofinanciamento. As empresas acham que isso é inovador, mas parece ser apenas enrolação.

## RAPIDINHAS

A adoção da agenda ESG (sigla — mais uma! — em inglês para boas práticas ambientais, sociais e de governança) pela companhia é um dos aspectos decisivos para que profissionais avaliem uma oferta de trabalho. Segundo estudo realizado pela empresa de recrutamento Robert Half, 83% dos pesquisados consideram a pauta ESG um diferencial competitivo e um de fator de atratividade.

O Brasil se tornou um dos países mais importantes para a NBA. Pesquisa feita pela própria liga americana de basquete estima que 44 milhões de brasileiros são fãs da categoria. Em 2016, eram 21 milhões. Há 12 lojas oficiais da marca no país, mais do que em qualquer outro lugar fora dos Estados Unidos.

As exportações de carne bovina do Brasil, incluindo tanto o produto in natura quanto o processado, caíram 3,2% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado. O culpado tem nome: China. Segundo a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), um acordo comercial entre chineses e americanos afetou o resultado.

A Smart Fit, maior rede de academias da América Latina, está perto de alcançar a normalidade das operações. Do total de 981 unidades, 941 estão abertas. Em junho, o número de clientes cresceu 3% em relação a maio. Como a campanha de vacinação avança, as pessoas se sentem mais seguras para voltar a malhar.

Monique Renne/CB/D.A Press



Royal Caribbean/Divulgação



### O retrato do turismo em 2020

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) publicou seu tradicional relatório anual sobre o desempenho do setor. No Brasil, o PIB do turismo caiu 32,6% em 2020, de US\$ 115,7 bilhões para US\$ 78 bilhões. Mais uma vez, os argentinos lideraram os desembarques internacionais, respondendo por 33% do total, à frente de paraguaios (9%) e americanos (8%). Quanto às viagens para o exterior, 15% dos brasileiros foram à Argentina; 14%, aos Estados Unidos; 10%, à França.

### Nos cruzeiros, a segregação da vacina

As viagens de cruzeiros voltaram a todo vapor no Hemisfério Norte, mas com um tipo novo de segregação: a vacina. Em Miami, o navio *Freedom of The Seas* partiu para Bahamas com duas classes de passageiros: os imunizados, que recebem uma pulseira de identificação e podem acessar todos os serviços da embarcação, e os não protegidos, que estão vetados em áreas como cassino ou spa. Limitar ou proibir a presença de não vacinados será uma característica marcante da retomada do turismo.

### Tóquio bane público das competições olímpicas

A esperança de uma Olimpíada com alguma normalidade foi dissipada após decisão do comitê organizador dos Jogos de Tóquio: pela primeira vez na história, as principais competições não terão torcedores. A medida se deve ao aumento do número de infectados pela covid-19 e ao temor de que aglomerações espalhem ainda mais o vírus. Segundo o comitê, a decisão se restringe aos eventos na capital japonesa. As províncias que receberão algumas modalidades poderão decidir se liberam a presença do público.

Antes de tributar dividendos, é preciso tributar a especulação"

Luiz Barsi, um dos maiores investidores individuais da Bolsa brasileira

# 2,5 bilhões de euros

serão as receitas geradas pela Eurocopa, o torneio de seleções do Velho Continente. O valor é recorde apesar de nem todos os estádios terem liberado o acesso completo ao público

**IMPOSTOS /** Em documento enviado ao presidente da Câmara, mais de 120 entidades empresariais afirmam que proposta do governo aumenta a carga tributária e, com elevação de custo, ameaça o emprego do trabalhador. Ministro ouve setor produtivo em São Paulo

# Carta contra IR de Guedes

» GABRIELA CHABALGOITY\*  
» IZABEL PEREIRA\*

Insatisfeitos com a proposta do governo de reformar o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ), representantes de mais de 120 entidades enviaram carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a fim de alertar para possíveis impactos negativos.

A carta enviada à Lira sugere uma lista de 68 artigos que poderiam ser mudados. As entidades alertam para o risco de aumento da burocracia, da complexidade e da insegurança jurídica. No ofício, há diversas considerações sobre problemas identificados, com o impacto direto em pequenas empresas, profissionais liberais, financiamentos setoriais e organização empresarial. Segundo as entidades, caso a reforma do IR seja aprovada, o país terá menos cres-

cimento econômico e empregos, além do aumento de preços. "O Brasil não pode ter pressa para fazer algo que pode prejudicar o seu futuro", diz a carta das associações.

Os empresários questionam a garantia do governo de que não haverá aumento de impostos. Na carta, eles argumentam que a alíquota total sobre empresas, de 34% de tributos sobre a renda da pessoa jurídica (25% de IRPJ + 9% de CSLL) terá um elevação para uma alíquota de 43,2% com a adição da tributação de dividendos. Na quarta-feira, Guedes voltou a defender a taxa de 20% nesse quesito, com o argumento de que o Brasil não segue os padrões da OCDE, sendo um dos únicos países do mundo, ao lado da Lituânia, que não paga impostos sobre dividendos.

Para as entidades, o Brasil já está entre "os países do mundo que mais tributam o consumo de

Evaristo Sá/AFP - 11/5/21



Guedes: negociação com empresários para ajustar impostos e subsídios

bens e serviços, o emprego formal e o lucro dos empreendimentos". As associações alegam que, "se de um lado a proposta

traz algum alívio para os assalariados, de outro ameaça seus empregos, a geração de novas vagas de trabalho e tende a aumentar o

custo de bens e serviços que a população consome". Afirmam também que não seria recomendável que uma proposta tão complexa tramitasse sem maior debate, sob risco de serem cometidos erros de difícil reparação futura.

Em uma rede social, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que a reforma não será votada enquanto não houver correções no texto. "É importante dizer que o conceito está indo no caminho certo para corrigir distorções. Não teremos postura arrecadatória. O Congresso Nacional terá a serenidade para melhorar os conceitos de simplificar, desburocratizar e dar segurança jurídica. O Legislativo tem força para debater e fazer as contas. Não votaremos este texto enquanto não estiver maduro e discutido com todas as bancadas", afirmou Lira.

Em meio às críticas ao texto da

reforma, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu, ontem, em almoço com empresários em São Paulo. O ministro busca apoio para cortar até R\$ 40 bilhões em subsídios a conglomerados em troca de uma redução de até 10 pontos percentuais no IR para todas as empresas do país. A proposta original de reforma prevê uma queda de apenas 5 pontos percentuais no tributo em dois anos.

Associações de empresários, no entanto, têm defendido que o Congresso vote primeiro a reforma administrativa, que modifica regras para contratar.

Segundo a assessoria do Ministério da Economia, a pauta do encontro não foi revelada. Indagada sobre a possibilidade de mudanças no texto após o envio da carta do setor empresarial à Câmara dos Deputados, a pasta não respondeu.

## TECNOLOGIA

# Escolas sem garantia de 5G

» FERNANDA STRICKLAND\*

O Ministério das Comunicações (Mcom) emitiu nota técnica na qual considera "inoportuno" alterar a minuta do edital do leilão do 5G para obrigar as empresas de telefonia contratadas a incluir escolas públicas na oferta da tecnologia. A pasta é contrária à alteração na minuta do edital do 5G porque ela já está orientada à ampliação da conectividade. "Eventual mudança demandará tempo para novos cálculos e novas análises, por parte do MCom,

da Anatel e do TCU, o que atrasará a realização da licitação e o cronograma de implantação das redes 5G e da execução dos demais compromissos de investimento", afirma a nota técnica. Conforme os termos definidos para o leilão, todas as sedes municipais terão internet 5G até 2029.

Para justificar a dificuldade na mudança dos termos do edital, o ministério levantou o número de escolas situadas nas sedes dos municípios. São 71.542 unidades em funcionamento nas sedes municipais, sendo que 48.321 estão nas

idades com mais de 30 mil habitantes e 23.221 estão em locais com menos de 30 mil habitantes. Outras 6.982 escolas estão estabelecidas em vilas, povoados, lugarejos, núcleos, projetos de assentamento ou aglomerados urbanos isolados. Essas localidades terão cobertura de internet 4G por força da obrigação prevista no edital.

O advogado Eliseu Silveira, especialista em direito administrativo do Brasil e Silveira Advogados, explica que o MCom está pronto para aprovar o plano de concessão da internet 5G no Bra-

sil da forma em que foi proposto. "O ministério segue um cronograma estabelecido inicialmente e a inclusão de qualquer novo dado ou local poderá atrasar o cronograma e, consequentemente, o leilão. O fato de não conter a palavra expressa "escola pública" não significa que essas escolas não serão abarcadas com a referida rede. As cidades que conterão a internet 5G já poderão atender o prédio de escolas", explicou.

O especialista observa, no entanto, para as implicações jurídicas dessa questão. De um lado, o Ministério não quer incluir escolas públicas no edital da internet 5G. "Do outro lado, o Programa Nacional de Alfabetização dispõe claramente, em sua lei, que é obrigató-

ria a utilização de meios telemáticos e de telecomunicação de alta velocidade na alfabetização. Por isso, se não houver disponibilidade de oferta de internet 5G nas escolas, isso poderá afetar a alfabetização programada e ocorrer uma violação à Lei", alerta.

Karlos Gomes, advogado especialista em direito público, afirma já existir obrigação legal para o fornecimento de internet de alta velocidade nas instituições de ensino. "Antes mesmo de criar um esboço de minuta, o governo poderia ter incluído o acesso das escolas públicas, para que toda a rede de ensino tivesse acesso à tal tecnologia assim que implementada", pondera.

Gomes vê outro problema. Para ele, a necessidade de implan-

tar uma grande infraestrutura para o 5G pode deixar os municípios menores em desvantagem. "A tecnologia 5G depende de uma infraestrutura básica para sua implementação, como, por exemplo, torres de conexão. Mais torres deverão ser colocadas nas mais diversas localidades, o que poderá trazer um prejuízo para aquelas localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos", descreve. "Então é dever do Estado e das empresas vencedoras do leilão de se atentar a esse fato, para que o acesso a 5G não fique restrito a grandes centros urbanos", completa.

\* Estagiários sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza